

PROGRAMA
DO
4º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

Módulo Nacional

(11 de fevereiro a 07 de março de 2008)

Diretor: Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA

Vice-Diretor: Ministro ANTÔNIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN

QUADRO GERAL DAS ATIVIDADES E DISCIPLINAS

ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO	04 h/a
SESSÃO DE ABERTURA E AULA INAUGURAL	02 h/a
01. BLOCO DE DISCIPLINAS BÁSICAS	76 h/a
01.01. DEONTOLOGIA JURÍDICA	06 h/a
01.02. LÓGICA JURÍDICA	06 h/a
01.03. SISTEMA JUDICIÁRIO	06 h/a
01.04. LINGUAGEM JURÍDICA	08 h/a
01.05. ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	06 h/a
01.06. TÉCNICA DE JUÍZO CONCILIATÓRIO	10 h/a
01.07. PSICOLOGIA E COMUNICAÇÃO	10 h/a
01.08. TEMAS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO	24 h/a
02. BLOCO DE DISCIPLINAS COMPLEMENTARES	33 h/a
02.01. TÉCNICA DE INSTRUÇÃO DE PROC. DO TRABALHO	06 h/a
02.02. TECNOLOGIAS APLICADAS À MAGISTRATURA DO TRABALHO	09 h/a
02.03. MORFOLOGIAS DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	06 h/a
02.04. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E JURISDIÇÃO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS	04 h/a
02.05. LABORATÓRIO JUDICIAL	08 h/a
03. BLOCO DE ESTÁGIOS	18 h/a
SESSÃO DE ENCERRAMENTO	02 h/a

Carga horária total: 135 h/a

ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO

Carga Horária: 4 h/a

Temas:

- Apresentação da Escola
- Informações gerais sobre o Programa do Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional
- Orientações sobre frequência e aproveitamento (relatórios)
- Distribuição de material
- Visita às instalações
- Orientações sobre Hospedagem
- Orientações sobre Transporte
- Orientações sobre Refeições
- Informações sobre o atendimento da Secretaria

Instrutores:

Direção da ENAMAT

Secretaria da ENAMAT

SESSÃO DE ABERTURA E AULA INAUGURAL

Carga Horária: 2h/a

Abertura Oficial do 4^o Curso de Formação Inicial

Aula Inaugural:

“Princípio da igualdade e direito a não ser discriminado nas relações de trabalho”

Professor:

Magistrado Espanhol

D. JOSÉ FERNANDO LOUSADA AROCHENA

Coordenação:

Direção da ENAMAT

01. BLOCO DE DISCIPLINAS BÁSICAS

01.01. DEONTOLOGIA JURÍDICA_____	06 h/a
01.02. LÓGICA JURÍDICA_____	06 h/a
01.03. SISTEMA JUDICIÁRIO_____	06 h/a
01.04. LINGUAGEM JURÍDICA_____	08 h/a
01.05. ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA_____	06 h/a
01.06. TÉCNICA DE JUÍZO CONCILIATÓRIO_____	10 h/a
01.07. PSICOLOGIA E COMUNICAÇÃO_____	10 h/a
01.08. TEMAS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO_____	24 h/a

TOTAL: 76 h/a

01.01. DEONTOLOGIA JURÍDICA

Carga Horária: 6 h/a

Metodologia: aulas expositivas

Objetivo Geral:

Analisar os aspectos gerais da ética no exercício da atividade da magistratura, seus limites e implicações práticas na interação com outros atores jurídicos.

Objetivos Específicos:

- (a) Desenvolver as concepções fundamentais da Ética e sua relação com a Moral e o Direito na perspectiva da efetivação da Justiça Social.
- (b) Delinear os elementos essenciais do código ético do Magistrado e sua aplicação na interação com outros atores jurídicos.
- (c) Reconhecer o conteúdo, a legitimação e a extensão do poder dos Juízes na atualidade.

Conteúdo Mínimo:

- 1 – As Concepções Fundamentais da Ética
- 2 – A Moral e o Direito
- 3 – Fundamentos Éticos da Justiça Social
- 4 – Código Ético do Magistrado
- 5 – Ética aplicada nas relações com outros Operadores (MPT e OAB)
- 6 – Poder dos Juízes na Sociedade Contemporânea

Professor:

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – TST – 6h/a (Pontos 1 a 6)

Bibliografia Referencial:

- COMPARATO, Fábio Konder. *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (em especial: a Introdução e as partes III, IV e V)
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O poder dos juízes*. São Paulo: Forense, 2001.
- MARTINS FILHO, Ives Gandra. *Manual esquemático de filosofia*. São Paulo: LTr, 2006.
- MESSNER, Johannes. *Ética social*. São Paulo: Quadrante, 2000.
- VAZ, Henrique C. de Lima. *Ética, direito e justiça*. In: MERLE, Jean-Christophe; MOREIRA, Luiz (orgs.). *Direito e legitimidade*. São Paulo: Landy, 2003.
- VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Justiça e justiça (2)*. In: VERÍSSIMO, Luís Fernando et alii. *O Desafio Ético*. 4ª ed. São Paulo: Garramond. 2003.

01.02. LÓGICA JURÍDICA

Carga Horária: 6 h/a

Metodologia: aulas expositivas

Objetivo Geral:

Analisar aspectos práticos da aplicação das categorias da lógica jurídica no discurso e na atuação do juiz no exercício da profissão.

Objetivos Específicos:

(a) Estudar questões gerais da aplicação das técnicas de argumentação e de convencimento na jurisdição.

(b) Identificar a singular posição discursiva do Juiz e dos outros Operadores jurídicos e o fundamento da lógica aplicada nos atos judiciais.

Conteúdo Mínimo:

1 - Dialética e a Técnica da Argumentação

2 - Retórica e a Técnica do Convencimento

3 - Filosofia da Linguagem aplicada à decisão judicial

4 - A posição discursiva do Juiz, das Partes e dos demais operadores

5 - A lógica da decisão judicial

Professores:

Ministro Milton de Moura França - TST - 2h/a (Pontos de 1 a 4)

Prof. Inocêncio Mártires Coelho – IDP - 2h/a (Pontos de 1 a 4)

Prof. Paulo Roberto Soares Mendonça (UNIRIO) – 2h/a (Ponto 5)

Bibliografia Referencial:

ALEXY, Robert. Teoria da Argumentação Jurídica. São Paulo: Landy, 2005.

ATIENZA, Manuel. As razões do direito. São Paulo: Landy, 2006.

COELHO, Inocêncio Mártires. Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais. 2. tir. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

_____. Interpretação Constitucional. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. (Série IDP)

ECO, Umberto. Os limites da interpretação. São Paulo: Perspectiva, 1995.

GUNTHER, Klaus. Teoria da argumentação do direito e da moral: justificação e aplicação. São Paulo: Landy, 2004.

HABERLE, Peter. A sociedade aberta dos intérpretes da constituição. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

_____. El Estado Constitucional. México: UNAM, 2001.

MACCORMICK, Neil. Argumentação jurídica e teoria do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MEDEIROS, Rui. A Decisão de Inconstitucionalidade. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1999.

MENDONÇA, Paulo Roberto Soares. A argumentação nas decisões judiciais. 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

NINO, Carlos Santiago. Consideraciones sobre la Dogmática Jurídica. México, UNAM, 1974.

PERELMAN, Chaim. Lógica jurídica. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RODRIGUEZ, Victor Gabriel. Argumentação jurídica: técnicas de persuasão e lógica informal. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SANTIAGO, José María Rodríguez de. La Ponderación de bienes e intereses en el Derecho Administrativo. Madrid: Marcial Pons, 2000.

TOULMIN, Stephen. Os usos do argumento. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

01.03. SISTEMA JUDICIÁRIO

Carga Horária: 6 h/a

Metodologia: aulas expositivas

Objetivo Geral:

Analisar a inserção da Justiça Laboral no âmbito do sistema judiciário nacional

Objetivos Específicos:

- (a) Estudar a organicidade do sistema judiciário na composição e atribuições gerais de Conselhos e Tribunais.
- (b) Identificar questões pontuais da sistematicidade da carreira ao longo do seu exercício e suas implicações concretas na jurisdição trabalhista.
- (c) Compreender os aspectos gerais da institucionalidade da Justiça Trabalhista, com seus desafios para a efetividade no contexto sócio-político-jurídico atual.

Conteúdo Mínimo:

- 1 – Visão orgânica do Poder Judiciário nacional: Conselhos e Tribunais
- 2 – Visão sistêmica da carreira de Juiz do Trabalho: deveres, prerrogativas e mobilidade
- 3 – Visão institucional da Justiça Laboral: desafios da efetividade no Brasil contemporâneo

Professores:

Juiz Antonio Umberto de Souza Junior - CNJ – 2 h/a (Ponto 1)

Juiz Grijalbo Fernandes Coutinho - 19ª VT de Brasília – 2 h/a (Ponto 2)

Juiz Roberto Teixeira Siegmann – 27ª VT de Porto Alegre - 2 h/a (Ponto 3)

Bibliografia Referencial:

ALMEIDA, José Maurício Pinto de. O poder judiciário brasileiro e sua organização. Curitiba: Juruá, 1992.

AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio Octávio (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

FREITAS, Vladimir Passos de. Justiça Federal: histórico e evolução no Brasil. Curitiba: Juruá, 2003.

MARTINS FILHO, Ives Gandra. O sistema legal e judiciário brasileiro. São Paulo: Ltr, 2000.

MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. O sistema judiciário brasileiro e a reforma do Estado. São Paulo: Ed. Celso Bastos, 1999.

SADEK, Maria Teresa. A organização do poder judiciário no Brasil: uma introdução ao estudo da justiça. São Paulo: Idesp/Sumaré, 1995.

01.04. LINGUAGEM JURÍDICA

Carga Horária: 8 h/a

Metodologia: aulas expositivas

Objetivo Geral:

Proporcionar ao Juiz do Trabalho vitaliciando os elementos gerais da utilização da linguagem jurídica no seu contexto profissional do ponto de vista da redação de atos e dos aspectos problemáticos pontuais destacados na sua prática.

Objetivos Específicos:

- (a) Identificar a existência de argumento oculto na língua e suas inferências.
- (b) Compreender a diversidade de níveis de leitura e seu papel no emprego da linguagem jurídica.
- (c) Identificar a articulação do discurso jurídico, sua polifonia e argumentação.
- (d) Adquirir conhecimentos básicos sobre os recursos estilísticos e a composição coerente e coesa do discurso jurídico.
- (e) Estudar aspectos pontuais da termologia e da etimologia na linguagem jurídica.
- (f) Analisar questões tópicas específicas da ortografia, pontuação e utilização de verbos.
- (g) Analisar questões tópicas próprias da morfossintaxe e do estilo da redação jurídica.

Conteúdo Mínimo:

- 1 – Argumento oculto da competência da língua
- 2 – Níveis de leitura
- 3 – Discurso jurídico, polifonia e argumentação na linguagem jurídica
- 4 - Recursos estilísticos, coerência e coesão do discurso jurídico
- 5 – Aspectos da termologia e da etimologia de vocábulos e expressões jurídicas
- 6 – Questões de ortografia, pontuação e emprego de verbos na linguagem jurídica
- 7 – Questões de morfossintaxe e estilística na redação jurídica

Professores:

Prof. Leonardo J. Teixeira – FGV - 4 h/a (Pontos 1 a 4)

Prof. Adalberto José Kaspary – UFRGS – 4 h/a (Pontos 5 a 7)

Bibliografia Referencial:

BRASIL. Presidência da República. Manual de redação.

BRASIL. Senado Federal. Manual de elaboração de textos.

KASPARY, Adalberto J. Habeas Verba: português para juristas. 9. ed. Porto Alegre: Edita, 2007.

_____. O verbo na linguagem jurídica: acepções e regimes. Porto Alegre: Edita, 2006.

_____. Português para profissionais atuais e futuros. Porto Alegre: Edita, 2006.

01.05. ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

Carga Horária: 6 h/a

Metodologia: Aulas expositivas

Objetivo Geral:

Analisar os aspectos básicos da administração judiciária pelo Juiz do Trabalho no âmbito da sua jurisdição em termos gerais, na interação entre primeiro e segundo graus, e na gestão processual, de materiais e de pessoas.

Objetivos Específicos:

- (a) Identificar as técnicas aplicáveis à administração no âmbito do primeiro e segundo graus.
- (b) Analisar aspectos gerais da gestão de processos no primeiro grau.
- (c) Estudar questões práticas da administração de recursos materiais no primeiro grau.
- (d) Analisar os aspectos práticos da gestão de recursos humanos no primeiro grau.

Conteúdo Mínimo:

- 1 – Técnicas aplicadas à administração judiciária em Varas e Tribunais
- 2 – Gestão Processual em Varas do Trabalho
- 3 – Gestão de Recursos Materiais em Varas do Trabalho
- 4 – Gestão de Pessoas em Varas do Trabalho

Professores:

Juiz Ricardo Fioreze – VT de Encantado/RS – 4h/a (Pontos 1 e 2)

Diretor Cláudio Luís Gonçalves Garcia – 13^a VT de Brasília – 2h/a (Ponto 3 e 4)

Bibliografia Referencial:

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral de administração. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CNJ/STF – Justiça em Números – Relatório Anual 2006. Ano base 2005.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Nova era do processo civil. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

FARIA, José Eduardo. O sistema brasileiro de justiça: experiência recente e futuros desafios. São Paulo: USP, 2004.

01.06. TÉCNICA DE JUÍZO CONCILIATÓRIO

Carga Horária: 10 h/a

Metodologia: aulas expositivas, dinâmica de grupo e estudo de casos reais (vídeos)

Objetivo Geral:

Proporcionar ao Juiz do Trabalho recém-ingresso na carreira os elementos contextuais teóricos e práticos básicos da conciliação judicial trabalhista de conflitos.

Objetivos Específicos:

- (a) Identificar o papel do Judiciário Trabalhista na pacificação social na nova matriz constitucional;
- (b) Analisar os métodos de resolução de disputas;
- (c)
- (d) Estudar a importância da conciliação no Processo do Trabalho, a postura pró-ativa e a prevalência do juízo conciliatório;
- (e) Investigar as lides e principais dimensões da conciliação judicial trabalhista (jurídica, sócio-econômica e psicológica);
- (f) Analisar os limites e as questões éticas intervenientes na conciliação judicial trabalhista;
- (g) Estudar as técnicas aplicáveis à jurisdição laboral;
- (h) Exercitar e debater a seleção e aplicação das técnicas conciliatórias, as dificuldades reais na conciliação e os fatores adequados ao meio-ambiente da conciliação judicial trabalhista;
- (i) Exercitar a estruturação lógico-jurídica da ata de conciliação;

Conteúdo Mínimo:

- 1 – Monopólio do Poder Judiciário Trabalhista e sua conformação
- 2 – Métodos de resolução de disputas
- 3 – Jurisdição como poder-dever de pacificação social
- 4 – Importância e papel da conciliação no Processo do Trabalho
- 5 – Dimensões da conciliação judicial trabalhista: jurídica, sócio-econômica e psicológica
- 6 – Limites e questões éticas da conciliação judicial trabalhista
- 7 – Técnicas aplicadas à conciliação judicial trabalhista
- 8 – Prática da conciliação judicial trabalhista: estudo de casos
- 9 – Estruturação lógico-jurídica da ata de conciliação

Professores:

Juíza Adriana Goulart de Sena - 35ª VT de Belo Horizonte/MG - 10h/a (Pontos 01 a 09)

Juiz Giovanni Olsson – 2ª VT de Chapecó/SC – 5h/a (Pontos 01 a 09)

Bibliografia Referencial:

AZEVEDO, André Gomma de (org.). Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Vols. 1, 2 e 3. Brasília: Ed. Grupos de Pesquisa, 2002, 2003 e 2004.

BACELLAR, Roberto Portugal. Juizados especiais: a nova mediação paraprocessual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

BARROS, Alice Monteiro de. Limites da renúncia e da transação judicial e extrajudicial. Repertório Trabalhista da 3ª Região, RTM, Julho de 1997, Ano 5, n. 7, Belo Horizonte – MG, pág. 13/24.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Porto Alegre: Fabris, 1988.

DELGADO, Maurício Godinho. Arbitragem, mediação e comissão de conciliação prévia no direito do trabalho brasileiro. Revista Ltr, São Paulo, v.66, n. 6, pág. 663/670.

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 8ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

FISHER, Roger; URY, William. Como chegar ao sim. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

GIGLIO, Wagner D. A conciliação nos dissídios individuais do trabalho. Curitiba: Síntese, 1997.

MOORE, Christopher. O processo de mediação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

NALINI, José Renato. O juiz e o acesso à justiça. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

NASSIF, Elaine Noronha. Conciliação judicial e indisponibilidade de direitos. São Paulo: LTr, 2005.

NAZARETH SERPA, Maria de. Teoria e prática da mediação de conflitos. São Paulo: Editora Lumen Júris, 1999.

PIMENTA, José Roberto Freire. A conciliação judicial na justiça do trabalho após a Emenda Constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho. Revista LTr, São Paulo, Ano 6, fevereiro de 2001, pág. 151/162.

RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio. (Coords.). Comissões de conciliação prévia: quando o direito enfrenta a realidade (Análises críticas em memória de Alaor Satuf Rezende). São Paulo: LTr, 2003.

ROCHA, Osiris. O acordo e a fraude no direito brasileiro do trabalho. São Paulo: LTr, Ano 34, janeiro/fevereiro de 1970, pág. 309/338.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Direito processual do trabalho: efetividade, acesso à justiça. São Paulo: LTr, 1998.

TRINDADE, Jorge. Manual de psicologia jurídica para operadores do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

01.07. PSICOLOGIA E COMUNICAÇÃO

Carga Horária: 10 h/a

Metodologia: aula expositiva

Objetivo Geral:

Apresentar ao Juiz do Trabalho recém-empossado os elementos gerais dos aspectos psicológicos envolvidos no exercício da profissão e proporcionar noções gerais do relacionamento com a mídia.

Objetivos Específicos:

- (a) identificar os componentes principais da dimensão psicológica envolvida no exercício da profissão no tocante às expectativas individuais e sociais na sociedade contemporânea.
- (b) desenvolver habilidades básicas para o relacionamento com os meios de comunicação social e para a veiculação pública de informações.
- (c) analisar os aspectos gerais da aplicação das ferramentas da Psicanálise no exercício da Magistratura no contexto da judicialização dos sintomas contemporâneos nas demandas trabalhistas;
- (d) identificar os elementos essenciais da relação do Magistrado com a subjetividade, nas dimensões emocionais e racionais.

Conteúdo Mínimo:

- 1 – A identidade do magistrado e as expectativas individuais
- 2 – A sociedade contemporânea e suas expectativas sociais
- 3 – Relacionamento do magistrado com os meios de comunicação social
- 4 – Técnicas de entrevista
- 5 – Psicanálise e Direito: a judicialização dos sintomas atuais nas demandas trabalhistas
- 6 – O Magistrado e a subjetividade: emoção e razão

Professores:

Ministro Gelson de Azevedo - TST – 4 h/a (Pontos 1 e 2)

Jorn. Adriane Werner Bara - (PR) – 3 h/a (Pontos 3 e 4)

Psic. Regina Márcia Manicardi Vaz - PE– 3 h/a (Pontos 5 e 6)

Bibliografia Referencial:

- JAPIASSÚ, Hilton. Interdisciplinariedade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- MAUS, Ingeborg. Judiciário como Superego da Sociedade: o papel da atividade jurisprudencial na “sociedade órfã”. Traduzido do alemão por Martonio Lima e Paulo Albuquerque. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, v.58, 2000.
- MILLER, Jacques Alain. Peças avulsas. Opção Lacaniana. São Paulo. Eólia, n. 44, 2005 (Lição de 24.11.2004).
- PRADO, Lídia de Almeida Reis do. O juiz e a emoção. Campinas: Millennium, 2005.

01.08. TEMAS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO

Carga Horária: 24 h/a

Objetivo Geral:

Analisar aspectos relevantes dos temas contemporâneos de direito selecionados no âmbito da competência material trabalhista e suas repercussões.

Objetivos Específicos:

Estudar os elementos básicos da problemática central de cada um dos diversos tópicos selecionados na perspectiva da efetividade do exercício da jurisdição trabalhista.

TEMA I – ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA PRESCRIÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Professor:

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi – TST

TEMA II – APLICAÇÃO DE NORMAS DA OIT NO DIREITO BRASILEIRO

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Professor:

Min. Lelio Bentes Corrêa – TST

TEMA III – DESAFIOS DO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E ESCRAVO

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Professor:

Luis Antonio Camargo de Melo - Subprocurador do MPT

TEMA IV – ASPECTOS DA PROVA ILÍCITA NO PROCESSO TRABALHISTA

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Professor:

Min. João Oreste Dalazen – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

TEMA V – DESAFIOS DA EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO

Carga Horária: 4 h/a

Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Professor:

Juíza Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa – 2ª VT de Paulínia/SP

TEMA VI – CONDUZAS DISCRIMINATÓRIAS NO ÂMBITO TRABALHISTA

Carga horária: 4 h/a

Metodologia: mesa redonda e aula expositiva

Parte 01. Aspectos sócio-psicológicos da discriminação trabalhista: a prática degradante (mesa redonda - 2 h/a (15 min para cada participante)

Coordenador: Min. Pedro Paulo Teixeira Manus - TST

Participantes:

Representantes de entidades da sociedade civil– Depoimentos

Doutor Alexandre Carvalho Baroni – Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE

Doutor Zulu Araújo – Presidente da Fundação Cultural Palmares

Psicóloga Dra. Regina Márcia Manicardi Vaz – Impactos da discriminação no sujeito

Parte 02. Aspectos jurídicos da discriminação trabalhista: a prova e a reparação (aula expositiva – 2 h/a)

Professor:

Min. Pedro Paulo Teixeira Manus - TST

TEMA VII – A RELAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE OS OPERADORES JURÍDICOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Carga Horária: 2 h/a (15 min para cada participante)

Metodologia: mesa redonda e debates

Coordenador: Min. Renato de Lacerda Paiva - TST

Participantes:

Representante da ANAMATRA

Doutor Edson Braz da Silva – Subprocurador-Geral do Trabalho

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil

TEMA VIII – A CONSOLIDAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DA MAGISTRATURA

Carga Horária: 2 h/a (15 min para cada participante)

Metodologia: relatos de experiências profissionais em mesa-redonda e debates

Coordenador Min. Vantuil Abdala – TST

Participantes:

Min. José Luciano de Castilho Pereira - TST

Min. Fernando Eizo Ono - TST

Min. Aloysio Corrêa da Veiga

TEMA IX – DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO TRABALHISTA

Carga Horária: 2 h/a (15 min para cada participante)

Metodologia: mesa-redonda e debates

Coordenador Min. Alberto Bresciani - TST

Participantes:

Juiz de TRT Douglas Alencar Rodrigues – TRT da 10ª Região

Juiz-Titular Ricardo Fioreze – TRT da 4ª Região

Juiz-Substituto Carlos Augusto de Lima Nobre – TRT da 10ª Região

TEMA X – QUESTÕES FINANCEIRAS E PREVIDENCIÁRIAS DA CARREIRA

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aula expositiva e dinâmicas de grupo

Professor:

Juiz Carlos Alberto Pereira de Castro – 4ª VT de Blumenau/SC

Bibliografia Referencial:

- CARDOSO, Benjamin N. A natureza do processo e a evolução do direito. Trad. e notas de Leda Boechat Rodrigues. São Paulo: Nacional de Direito, 1956.
- CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 7. ed. São Paulo: Ltr, 2006.
- DUPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.
- DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. São Paulo: UNESP, 2006.
- IGLESIAS, Francisco. Trajetória política do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- LAGE, José Alves; LOPES, Monica Sette (Coord.). Direito e processo do trabalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- MORAIS FILHO, Evaristo de. Problema do sindicato único no Brasil. São Paulo: Alfa- Ômega. 2ª ed., revisada e aumentada.
- OIT. Normas Internacionais do Trabalho (convenções internacionais).
- OST, François. O tempo no direito. Trad. Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Odile Jacob, 1999.
- PINSKY, Jaime (Org.). Práticas de cidadania. São Paulo: Contexto, 2004.
- PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. São Paulo: Max Limonad, 2003.
- TARGA, Maria Inês Corrêa de Cerqueira César. Mediação em Juízo. São Paulo: Ltr, 2004.

02. BLOCO DE DISCIPLINAS COMPLEMENTARES

02.01. TÉCNICA DE INSTRUÇÃO DE PROC. DO TRABALHO _____ 06 h/a

02.02. TECNOLOGIAS APLICADAS À MAGISTRATURA DO
TRABALHO _____ 09 h/a

02.03. MORFOLOGIAS DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO NA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA _____ 06 h/a

02.04. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E JURISDIÇÃO
EM DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS _____ 04 h/a

02.05. LABORATÓRIO JUDICIAL _____ 08 h/a

TOTAL: 33 h/a

02.01. TÉCNICA DE INSTRUÇÃO DE PROCESSO DO TRABALHO

Carga Horária: 6 h/a

Metodologia: aula expositiva e estudo de casos

Objetivo Geral:

Proporcionar ao Juiz do Trabalho recém-ingresso na carreira os elementos práticos básicos do exercício da instrução do processo judicial trabalhista.

Objetivos Específicos:

- (a) Analisar questões contemporâneas práticas destacadas sobre a distribuição do encargo probatório no Processo do Trabalho;
- (b) Estudar o exercício dos poderes de instrução e de direção processual do Juiz do Trabalho;
- (c) Analisar as questões práticas de produção de prova oral, documental e pericial nas demandas na perspectiva da efetividade do direito social no processo;

Conteúdo Mínimo:

- 1 – Questões práticas sobre ônus da prova no Processo do Trabalho
- 2 – Poderes instrutórios e de direção processual do Juiz do Trabalho em Varas do Trabalho
- 3 – Questões práticas da produção de provas e efetividade do direito social no processo

Professores:

Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – TST – 2 h/a

Juíza Jane Granzoto Torres da Silva – TRT 2ª Região – 2 h/a (Pontos 1 a 3)

Juíza Elke Dóris Just - 21ª VT/DF – 2h/a (Pontos 1 a 3)

Bibliografia Referencial:

DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GUÉRIN, F. *et alii*. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgar Blücher, 2001.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Direito processual do trabalho: efetividade, acesso à justiça e procedimento oral. São Paulo: LTr, 1998.

OLIVEIRA, Eudes. A técnica do interrogatório. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1998.

PAULA, Carlos Alberto Reis de. A especificidade do ônus da prova no processo do trabalho. São Paulo: LTr, 2001.

02.02. TECNOLOGIAS APLICADAS À MAGISTRATURA DO TRABALHO

Carga Horária: 9 h/a

Metodologia: aula expositiva e estudo de casos

Objetivo Geral:

Analisar aspectos práticos relevantes da aplicação de tecnologias no exercício da Magistratura.

Objetivos Específicos:

- (a) Conhecer a conformação geral dos sistemas de cálculo e de audiências para o primeiro grau.
- (b) Identificar os aspectos básicos do projeto de virtualização processual e da utilização do certificado digital na jurisdição.
- (c) Estudar a conformação e a operacionalização básica do Sistema Bacenjud.
- (d) Conhecer os contornos gerais das tecnologias utilizadas nas sessões de julgamento dos órgãos do Tribunal Superior do Trabalho – TST (preparação para o Módulo de Estágios).

TEMA I – Sistema de Cálculo Rápido e Sistema de Audiências

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aulas expositivas e estudo de casos práticos (utilização de computadores)

Professor:

Juiz Denilson Bandeira Coelho – 4ª VT de Brasília/DF

TEMA II – Aspectos Gerais da Virtualização do Processo e da Certificação Digital

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aulas expositivas e estudo de casos práticos (utilização de computadores)

Professor:

Fernanda Brant de Moraes Londe – SETIN/TST

TEMA III – Estruturação e Utilização do Sistema BACEN JUD

Carga Horária: 3 h/a

Metodologia: aulas expositivas e estudo de casos práticos (utilização de computadores)

Professores:

Juiz Rubens Curado Silveira – VT de Guaraí/TO – 2 h/a

Técnico do Banco Central do Brasil - 1 h/a

TEMA IV – Tecnologias Aplicadas nas Sessões do TST

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aula expositiva e estudo de caso

Professor:

Ministro Carlos Alberto Reis de Paula – Diretor da ENAMAT

(*) ATIVIDADE FACULTATIVA - Monitoria de Informática: atividade tutelada para auxílio na área de informática, provida por Servidores da SETIN, à disposição na sala de computadores da ENAMAT, em todas as terças e quintas-feiras, das 17h15min às 18h15min. Coordenação de Fernanda Brant de Moraes Londe – SETI/TST.

Bibliografia Referencial:

Manuais de aplicativos diversos (sistema de cálculo rápido, sistema Bacenjud certificação digital, editor de textos, planilhas, etc.)

02.03. MORFOLOGIAS DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Carga Horária: 6 h/a

Metodologia: Aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Objetivo Geral:

Analisar os aspectos gerais das novas formas de trabalho e de produção na sociedade atual que definem as relações materiais definidoras do conflito capital-trabalho objeto da competência trabalhista.

Objetivos Específicos:

- (a) Estudar as novas formas de realização do trabalho humano na sociedade contemporânea.
- (b) Identificar os processos de reestruturação produtiva da modernidade à pós-modernidade.
- (c) Analisar as perspectivas sociais gerais da economia brasileira atual.
- (d) Delinear as políticas de trabalho no contexto da economia globalizada.

Conteúdo Mínimo:

- 1 – Novas morfologias do trabalho
- 2 – Processos de reestruturação produtiva: do fordismo ao pós-toyotismo
- 3 – Economia brasileira contemporânea: perspectivas sociais
- 4 – Políticas do trabalho na era da globalização

Professores:

Prof. Giovanni Antonio Pinto Alves – Unicamp - 3 h/a (Pontos 1 e 2)

Prof. Márcio Pochmann – Unicamp - 3 h/a (Pontos 3 e 4)

Bibliografia Referencial:

- ALVES, Giovanni. Dimensões da reestruturação produtiva. São Paulo: Práxis, 2007.
- _____. Trabalho e cinema: o mundo do trabalho através do cinema. São Paulo: Práxis, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Campinas: Boitempo, 2002.
- _____. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.
- CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. Campinas: Boitempo/UNICAMP, 2002.
- POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. Reestruturação produtiva. São Paulo: Vozes, 2003.
- _____. Relações de trabalho e padrões da organização sindical no Brasil. São Paulo: Ltr, 2003.
- SENNET, R. A corrosão do caráter. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- VASAPOLLO, L. O trabalho atípico e a precariedade. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.

02.04. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E JURISDIÇÃO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS

Carga Horária: 4 h/a

Metodologia: Aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Objetivo Geral:

Analisar os elementos gerais da hermenêutica constitucional no âmbito do exercício da jurisdição de direitos fundamentais sociais.

Objetivos Específicos:

- (a) Estudar os aspectos centrais da função da hermenêutica constitucional no Estado Democrático de Direito.
- (b) Investigar a implementação da hermenêutica de nível constitucional na concretização de direitos fundamentais sociais no âmbito da jurisdição trabalhista.

Conteúdo Mínimo:

- 1 – Papel da hermenêutica constitucional no Estado de Direito
- 2 – Hermenêutica constitucional e concretização em Juízo dos direitos fundamentais sociais

Professores:

- Prof. Luís Roberto Barroso – Prof. Titular de Direito Constitucional da UERJ - 2 h-a (Ponto 1)
- Juiz José Roberto Freire Pimenta – TRT da 3ª Região – 2 h-a (Ponto 2)

02.05. LABORATÓRIO JUDICIAL

Carga Horária: 8 h/a

Metodologia: simulações, estudo de caso e dinâmicas de grupo

Objetivo Geral:

Identificar, analisar e exercitar a prática de enfrentamento de questões problemáticas da instrução, gestão e decisão processual no âmbito da jurisdição trabalhista em Varas do Trabalho.

Objetivos Específicos:

- (a) Analisar e praticar o enfrentamento de questões instrutórias problemáticas na prática do Juiz do Trabalho;
- (b) Estudar e exercitar a solução de questões de gerenciamento processual na dinâmica da jurisdição de primeiro grau;
- (c) Identificar e solucionar problemas práticos na decisão de incidentes processuais no âmbito da Vara do Trabalho.

Conteúdo Mínimo:

- 1 – Oficinas de Instrução Processual
- 2 – Oficinas de Gestão Processual
- 3 – Oficinas de Decisão Processual

Professores:

Juiz Luiz Henrique Marques da Rocha – VT do Gama/DF (4 h/a)

Juiz Giovanni Olsson – 2ª VT de Chapecó/SC (2 h/a)

Juiz Ricardo Córdova Diniz – 3ª VT de Itajaí/SC (4 h/a)

Suporte material:

Adaptação de ambiente para simulação de audiências na forma de anfiteatro, dotado de computador e microfones com e sem fio.

Bibliografia referencial:

Apostila de apoio da disciplina.

BRASIL. Código Penal.

BRASIL. Código de Processo Civil.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho.

03. BLOCO DE ESTÁGIOS

Carga horária: 18 h/a

Objetivo Geral:

Propiciar o conhecimento básico da estrutura e do funcionamento dos Tribunais Superiores e de outros órgãos dos demais Poderes da República, sediados em Brasília, e de entidades da sociedade civil com atividades relacionadas ao exercício da Magistratura do Trabalho.

Objetivos Específicos:

- (a) Conhecer a estrutura e o funcionamento dos Tribunais Superiores e de outros órgãos dos demais Poderes da República sediados em Brasília.
- (b) Conhecer a estrutura e o funcionamento de entidades da sociedade civil relacionadas ao exercício da judicatura trabalhista.

Atividades supervisionadas:

- 01. Assistir a sessões do Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal – STF (04 horas-aula)
- 02. Assistir a sessões do Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho - TST (02 horas-aula)
- 03. Assistir a sessões da Seção de Dissídios Individuais 1 ou 2 do Tribunal Superior do Trabalho – TST (02 horas-aula)
- 04. Assistir a sessões da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho - TST (02 horas-aula)
- 05. Assistir a sessões das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho - TST (04 horas-aula)
- 06. Assistir a sessões do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT (02 horas-aula)
- 07. Visitar a sede da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA (02 horas-aula)

Coordenação:

Professor(es) da ENAMAT designado(s)

Secretaria da ENAMAT

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Carga Horária: 2 h/a

Programação:

Encerramento Oficial do 4o Curso de Formação Inicial

Entrega dos Certificados aos Juízes-Alunos

Coordenação:

Presidência do TST

Direção da ENAMAT